

TRANSMISSÃO GERACIONAL DAS RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: IMPACTOS À SAÚDE MENTAL

GENERAL TRANSMISSION OF POWER RELATIONS AND INTRAFAMILY VIOLENCE: IMPACTS ON MENTAL HEALTH

ALMEIDA, Nathalya Carvalho De; **GONÇALVES**, Fernanda Beatriz Rodrigues; **MOYNIER**, Luis Felipe Pereira Saguier; **SILVA**, Bruna Pereira¹; **BARRETO**, Wanderson².

RESUMO

A Família é a primeira instituição que o indivíduo tem acesso, e é a partir desta que o sujeito se constrói e se constitui, portanto, se espera que nesse ambiente se elaborem os afetos, estabelecendo um espaço de cuidado mútuo. Todavia, também se pode instituir como um lugar de tensões, conflitos, dominação e violência, se tornando um ambiente, por vezes, adoecedor. Dessa maneira, esse estudo objetiva compreender de que forma as relações de poder provocam conflitos e violências no contexto familiar, bem como os fatores que contribuem para a manutenção dessa violência. Sendo assim, optou-se por dar enfoque aos conflitos entre os gêneros e aos aspectos geracionais, sendo ambos importantes agentes que contribuem para a manutenção das relações de poder em uma cultura patriarcal. Ademais, o trabalho tem como propósito compreender os impactos gerados na saúde mental dos indivíduos que vivenciam essas violências. O método foi constituído através de uma revisão bibliográfica de artigos sobre violência intrafamiliar, a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Violência física, violência psicológica, violência sexual, relações de poder, conflitos de gênero, transgeracionalidade e saúde mental, foram os principais temas encontrados.

Palavras-chave: Psicologia. Violência intrafamiliar. Relações de poder. Saúde mental. Transgeracionalidade.

ABSTRACT

The Family is the first institution that the individual has access to, and it is from this that the subject is built and constituted, therefore, it is expected that in this environment affections are elaborated, establishing a space of mutual care. However, it can also be established as a place of tensions, conflicts, domination and violence, becoming an environment that sometimes sickens. Thus, this study aims to understand how power relations cause conflicts and violence in the family context, as well as the factors that contribute to the maintenance of this violence. Therefore, it was decided to focus on conflicts between genders and generational aspects, both of which are important agents that contribute to the maintenance of power relations in a patriarchal culture. Furthermore, the purpose of this work is to understand the impacts generated on the mental health of individuals who experience this type of violence. The method was constituted through a bibliographic review of articles on intrafamily violence, from a qualitative research approach. Physical violence, psychological violence, sexual violence, power relations, gender conflicts, transgenerationality and mental health were the main themes found.

Keywords: Psychology. Intrafamily violence. Power relations. Mental health. Transgenerationality

¹ Nathalya Carvalho de Almeida. Graduanda em Psicologia. E-mail: nathalya.c.almeida@gmail.com. Fernanda Beatriz Rodrigues Gonçalves. Graduanda em Psicologia. E-mail: fernanda.beatriz@outlook.com. Luis Felipe Pereira Saguier Moynier. Graduando em Psicologia. E-mail: lfmoynier@hotmail.com. Bruna Pereira Silva. Graduanda em Psicologia. E-mail: brunacancer78@gmail.com.

² Wanderson Barreto. Mestre em Psicologia pela UFG (2020). E-mail: wanderson.barreto@facunicamps.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Entende-se por violência intrafamiliar ações ou omissões que tragam prejuízos ao bem-estar, à integridade física e psicológica ou à liberdade e direito ao desenvolvimento pleno de um dos membros da família. Essa ação não se limita ao espaço físico – podendo ocorrer dentro ou fora de casa – sendo realizada por um integrante da própria família que desempenham uma função parental ou que possuam laços de consanguinidade. Este conceito se difere de violência doméstica, pois esta incluiu outros membros que não exercem função parental e que não, necessariamente, convivem no mesmo espaço (BRASIL, 2002).

A violência intrafamiliar se constitui a partir das dinâmicas de poder e afeto presentes nas relações de subordinação-dominação. Nesta, os indivíduos se encontram em posições opostas, criando uma dinâmica própria para cada grupo familiar (BRASIL, 2002). É válido destacar que cada família possui uma memória familiar, passada e presente, cujo histórico tende a afetar diretamente seus integrantes, conduzindo os aspectos morais e emocionais das gerações posteriores (AMANDINI, 2015 apud CARDOSO; BAPTISTA, 2020, p. 16).

Por ser uma dinâmica particular, existem empecilhos na identificação de sua ocorrência, dificultando a denúncia e se tornando um problema social que atinge os indivíduos de forma continuada, portanto, constituindo-se como um grave problema de saúde e de desenvolvimento socioeconômico, assim como uma grave violação dos direitos humanos (BRASIL, 2002). No entanto, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental é um direito fundamental, sendo essencial para o desenvolvimento pleno do ser humano (NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2022). Com isso, a problemática aqui levantada é a de investigar: quais são as consequências da violência intrafamiliar na saúde mental dos indivíduos que a presenciam e vivenciam?

Tendo em vista a questão apresentada, a hipótese principal para esse problema é a de que a violência intrafamiliar é, sobretudo, uma consequência de uma sociedade baseada em relações de poder, que geram impactos na saúde mental dos indivíduos. Ao pensarmos sobre os impactos gerados, temos como hipóteses adjacentes a baixa tolerância à frustração, dificuldades na gestão de conflitos e evitação de situações-problema.

O presente trabalho se justifica pelo interesse dos pesquisadores na área de Psicologia Social. No início, nas primeiras discussões em grupo, havia um desejo em analisar,

de forma ampla, questões voltadas para a violência. No entanto, com a necessidade de delimitar um objeto de pesquisa e estudá-lo a partir de um contexto específico, optou-se por fazer essa abordagem tendo como base as relações familiares, espaço essencial na construção do indivíduo. A família, e suas reverberações na vida dos seus integrantes, tem apresentado uma demanda recorrente na atuação profissional dos psicólogos, percebidas a partir das experiências no Estágio Profissional Clínico (Núcleo de Estudos em Psicologia - NEP, FACUNICAMPS), dos estudos de caso e dos relatos profissionais de professores.

A construção desta pesquisa – pensando na sua importância para a ciência e para a sociedade – viabiliza uma porta de entrada para estudos mais aprofundados, visando auxiliar pesquisadores que procuram sobre a temática e se deparam com diversas dificuldades em sua busca. Falar sobre psicologia e violência intrafamiliar é de extrema relevância, tendo em vista a importância da família para a formação psicossocial do indivíduo. Sendo assim, se torna fundamental a investigação sobre a influência da dinâmica familiar na saúde mental de seus integrantes, considerando que a compreensão geral de distintas realidades é crucial para uma psicologia não excludente e individualizante, que esteja empenhada em compreender os impactos gerados pelo meio em que o sujeito está inserido.

Desta forma, este estudo tem como objetivo geral compreender como as relações de poder geram conflitos e violências no contexto familiar. Já nos objetivos específicos, pretende-se entender as estruturas familiares e suas diferentes configurações existentes, apresentar o que é violência e apontar seus principais tipos, descrever o que é violência intrafamiliar e quais são suas diferentes formas, compreender de que maneira as relações de poder contribuem na manutenção dessa violência e apurar os desdobramentos e consequências na saúde mental dos integrantes ao presenciarem e/ou vivenciarem situações de violência intrafamiliar.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

A família é uma instituição historicamente construída, por isso, deve-se levar em consideração que ela está sujeita a influências de outras instituições, como o Estado, a igreja, a política, entre outras. Ainda hoje a sua definição permanece ampla, pois abrange diferentes configurações e arranjos familiares, acompanhando os meios de desenvolvimento da sociedade e as relações interpessoais que a integram. Assim, para compreendermos brevemente o seu conceito e os processos de mudança sofridos, apresentaremos dois recortes históricos.

O primeiro marco histórico ocorreu durante a Idade Média, com a ascensão do cristianismo (CARDOSO; BRAMBILLA, 2015). A partir desse momento, observa-se o surgimento da ideia de uma família “tradicional”, configurando-se em um modelo ideal e dominante, em que seria destinado às mulheres os papéis domésticos e o cuidado com a família. Segundo Varela:

A Família, deixando de constituir um organismo político, para se converter numa comunidade natural, passou a compreender apenas as pessoas ligadas entre si pelo vínculo sacramental do casamento e pelos laços biológicos da procriação. A mulher passou a ocupar na instituição familiar um lugar próprio, distinto do que competia aos filhos e aos netos. A ela incumbia especialmente o governo doméstico (que nos povos de origem germânica se chamava o poder das chaves: die Schlüsselgewalt) e a educação dos filhos (VARELA, 1999, p. 47 apud CARDOSO; BRAMBILLA, 2015).

Com essa perspectiva, ainda na atualidade é possível observar a perpetuação de algumas dessas características em diversos núcleos familiares, originando relações adoecidas e violentas nesse espaço, como agressões físicas e psicológicas. Com o passar do tempo, foram surgindo mudanças relacionadas a esses núcleos, advindas das conquistas de direitos fundamentais das mulheres, possibilitando a ocupação de papéis externos (CARDOSO; BRAMBILLA, 2015). Consequentemente, uma importante modificação começa a ser difundida, repensando a divisão histórica e social dos papéis de gênero tradicionais que associavam as mulheres ao espaço privado e os homens ao espaço público.

Historicamente, a família foi construída em torno de uma ideia heteronormativa e “tradicional”, considerando apenas configurações em que o vínculo afetivo ocorre entre um homem e uma mulher. Porém, atualmente, com o aumento dos direitos e conquistas das

mulheres e da população LGBTQIA+, surgiram novos formatos que, por muito tempo, passaram por um apagamento histórico. Com isso, surge uma necessidade de se compreender esses diferentes arranjos e as peculiaridades que podem surgir nos diferentes grupos (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p.119).

Partindo dessa ideia, temos a considerada família “tradicional”, que seriam as famílias ditas nucleares, compostas por um casal e seus filhos. Há também as famílias separadas, as famílias recasadas e as famílias monoparentais – famílias formadas por apenas um cuidador e o filho(a) – além das famílias homoparentais. Dentro do contexto brasileiro, a entidade familiar é reconhecida pelo Código Civil por meio da união estável entre um homem e uma mulher, manifestada de modo público e duradouro, com o objetivo de constituir uma família (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p.120).

Por famílias separadas, bem como o nome anuncia, compreende-se as famílias que, devido a um conflito ou perda, acabam rompendo com o casamento. No Brasil, o divórcio passou a ser regulamentado apenas em 1977, porém, o divórcio consensual passou a ser realizado em cartório somente a partir de 2007, em situações em que ambas as partes têm o desejo na separação e não há filhos menores provenientes da união (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011).

As famílias recasadas compreendem um espaço familiar reconstituído após a separação dos pais, com o estabelecimento de uma nova união por meio de uma das partes ou de ambas; ou uma nova união conjugal após a morte do cônjuge/viuvez (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p. 123). Esse contexto familiar pode apresentar diversos desafios devido as suas complexidades próprias e as diferentes formas de se rearranjarem dentro de novas relações. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2011), a família recasada tem uma constituição muito complexa, que exige flexibilidade e originalidade nas interações, mas essa complexidade não deve ser confundida com disfuncionalidade.

Há também as famílias monoparentais, em que a definição pode ser bastante ampla. Esse modelo compreende um arranjo no qual existe uma ausência de um membro do casal devido a múltiplos fatores. Segundo Macedo (2008), o surgimento dessa configuração pode ocorrer por fatores demográficos, fluxos migratórios, divórcios e/ou por "produções" independentes.

Por fim, temos as famílias homoparentais, caracterizadas por um vínculo conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo. Nos últimos anos, podemos perceber um aumento nas conquistas de direitos por parte dessa comunidade, como a possibilidade do reconhecimento

de sua união e a possível adoção de filhos (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p.126).

A Família é a primeira instituição que o indivíduo tem acesso. É a partir dela que o sujeito se constrói e se constitui, aprendendo sobre os valores familiares do núcleo ao qual está inserido, sobre a cultura ao qual pertence e sobre as normas de uma sociedade como um todo. Independente dos diferentes arranjos, o grupo familiar é um importante mediador entre indivíduo e sociedade, buscando desenvolver a autonomia do ser (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p.118).

Pode-se denominar essa passagem de ensinamentos sobre regras familiares, crenças, valores éticos e valores culturais – perpassados pelos genitores aos seus descendentes – como uma transmissão geracional, transgeracionalidade³ ou, também, como intergeracionalidade.⁴ Cabe ressaltar que essa influência se estende para além do contexto da família nuclear, envolvendo outros parentes próximos e, assim, transmitindo legados familiares de geração em geração (CARDOSO; BAPTISTA, 2020, p.5).

Compreendendo a significativa influência da família e a presença dos fatores transgeracionais ao longo da existência dos indivíduos, faz-se relevante pontuar que a concepção de intergeracionalidade compreende tanto aspectos considerados positivos quanto negativos, transmudando em “herança entre gerações”. Portanto, a transgeracionalidade da violência no contexto familiar é uma importante questão a ser trabalhada, visto que em relações de cunho afetivo faz-se mais perceptível a noção de conflito (CARDOSO; BAPTISTA, 2020; SILVA, 2014, p. 565).

Dentro do processo de transmissão, reprodução e redefinição de saberes, valores, ética, interesses e diversas outras questões que permeiam o contexto familiar, inúmeros papéis sociais são propagados, como os papéis conjugais – influenciados por fatores socioculturais e pela família de origem – que são constantemente utilizados como pretexto para perpetuação da violência como um preceito intergeracional. Utilizar o fator gênero como um viés para o alcance do entendimento factual das dinâmicas geracionais pode vir a simplificar a sua compreensão (LINS; SARTORI, 2017; SILVA, 2014).

³ A transgeracionalidade é um termo utilizado para nomear o processo de transmissão de preceitos éticos, morais, valores e crenças que compõem uma família e são perpassados para as próximas gerações, sem que haja uma simbolização e percepção dos membros ao repetirem tais características e comportamentos da geração passada.

⁴ A intergeracionalidade, diferente da transgeracionalidade, é um termo utilizado para descrever a transmissão que ocorre somente para a geração mais próxima, como de pais para filhos, e não é passada às gerações seguintes.

Com a naturalização e determinação de papéis específicos a cada membro do grupo familiar, tendo como fatores determinantes o gênero e a faixa etária dos indivíduos, a chamada família moderna estabelece divisões hierarquizadas entre os seus integrantes. Com isso, é notória a manifestação das diferenças sociais entre gênero e geração dentro das composições familiares (ANDRADE, 2019, p. 54).

Dessa forma, ao se falar de família, é necessário analisar os fatores de gênero e geração, como também os de classe social e raça. De acordo com Andrade (2019, p.55), “gênero e gerações delimitam os papéis associados às relações de autoridade e poder que ordenam a cena familiar, definindo para o marido e esposa, pais e filhos posições hierárquicas, direitos e deveres específicos, na maioria das vezes desiguais”.

Ao se falar de gênero, retoma-se a uma concepção anterior em que os indivíduos eram classificados através de um binarismo – homens ou mulheres – e, a partir disso, deveriam cumprir com algumas características e papéis que lhes eram atribuídos. Esta divisão, baseada na anatomia, é definida a partir do conceito de sexo (ZANELLO, 2018), em que as mulheres eram consideradas apenas “homens menores”, conforme a teoria de Laqueur (2001).

Como consequência do desconforto das mulheres diante dos papéis que lhes foram impostos, surgiu uma possibilidade de contestá-los a partir de uma psicologia de vertente médica, cunhando o termo “gênero”. Este seria, então, uma divisão sexual imposta aos sexos, transformando a fêmea em mulher e o macho em homem, caracterizando-se pela heterossexualidade obrigatória, pelas restrições à sexualidade feminina e pelo binarismo (ZANELLO, 2018).

Posteriormente, junto com a terceira onda⁵ do feminismo, muitos destes pressupostos passaram a ser questionados (ZANELLO, 2018), pois, ao se refletir sobre eles, percebe-se que é necessário desnaturalizar algumas diferenças intrínsecas baseadas na biologização (ZANELLO; SILVA, 2012). O gênero traz uma contraposição em relação ao determinismo biológico (SCOTT, 1990), sendo marcado por um sistema cultural patriarcal em que a mulher é historicamente deixada à margem da sociedade. Dessa forma, não é possível

⁵ O termo “onda” se refere ao marco histórico do movimento feminista, sendo até então quatro ondas:

Primeira onda: ocorreu no século XIX, as mulheres buscavam relações mais igualitárias no casamento e direito à educação;

Segunda onda: de 1960 a 1980, alguns direitos foram conquistados, porém não eram praticado, questionava-se o porquê das diferenças entre homens e mulheres;

Terceira onda: surge em 1990, trouxe diversidades femininas, movimento negro ganhou força assim como o movimento LGBTQ;

Quarta onda: surgiu em meados de 2010, porém, estudos tradicionais questionam sua existência. Está marcado por um ativismo virtual ou “ciberativismo”.

contextualizá-lo fora do sistema patriarcal, pois ele trata de uma relação hierárquica em que o feminino está subjugado ao masculino (LIMA, 2008).

O gênero é, então, uma classificação construída pela sociedade, que marca as diferenças entre os indivíduos, a construção de significados culturais e sociais, além de abranger características psicológicas que estão fortemente associadas às categorias biológicas de homem e mulher (DENZIN, 1995; DEAUX, 1985 apud NOGUEIRA, 2001). O gênero é uma performance, uma repetição de atos que aos poucos se cristalizam, ou seja, “ser mulher” ou “ser homem”, obriga o corpo a conformar-se com a história do que é ser homem ou ser mulher (BUTLER, 1988).

Com base nessa visão, cabe ao homem o papel de virilidade, de lógica fálica ligada ao exercício ativo da sua sexualidade e a sua capacidade de produção laboral (ZANELLO; GOMES, 2010). Já para a mulher resta o espaço da família, resumindo a sua existência ao outro e ao desejo do outro, sendo inserida em uma posição de violação social, desnaturalização e silenciamento das suas vivências (ZANELLO; FIUZA, 2015).

A luta feminista surge com a pauta de defender o direito das mulheres, ressaltando que as diferenças entre os sexos não podem oportunizar a subordinação e opressão da mulher no âmbito da vida social, profissional ou familiar (OLIVEIRA; KNÖNER, 2005). Porém, por mais que as mulheres tenham conseguido ocupar mais espaços, como o alcance de maiores níveis de escolaridade, ainda há uma série de desigualdades em jogo, pois ainda recebem salários menores do que seus colegas homens, fazendo com que elas continuem com menor força de poder social (NOGUEIRA, 2001).

O conceito de gênero também implica nas relações, uma vez que o universo feminino está inserido no masculino e vice-versa (NOGUEIRA, 2001). Os papéis e valores designados para cada gênero estão relacionados entre si, portanto, as relações de gênero são permeadas pelas relações de poder, pois, em nossa cultura, o gênero está submetido ao sistema patriarcal em que a mulher é historicamente colocada à margem (ZANELLO; SILVA, 2012). Assim, mantém-se uma ordem social que perpetua as desigualdades e o sexismo, oportunizando a manutenção das relações sociais e de poder (PRAUN, 2011). Resumidamente, o gênero é um conceito relacional que implica em relações de poder e privilégio de maior ou menor prestígio (ZANELLO, 2018).

Para Zanello (2018), a socialização considera o gênero como resultado de processos sociais e culturais, pois o poder está ligado a sistemas culturais específicos que estão permeados por uma história de dominação e controle, exercendo força na forma de pensar e

na maquinaria de dominação que tenha sido desafiada ou desmantelada (GONE & KIRMAYER, 2010 apud ZANELLO, 2018).

Pensando no contexto familiar, o gênero é uma das temáticas que permeia os indivíduos, pois, segundo Pinelli (2004), gênero e família são temas indissociáveis, visto que provocam mudanças mútuas tanto nos sujeitos quanto na própria sociedade. Neste contexto, a partir do conceito de gênero começou a ocorrer uma ampliação das possibilidades de transformação das disparidades relativas ao seu aspecto fundamental, como, por exemplo, a divisão com base sexual do trabalho e produção, a divisão de poderes e tomadas de decisão, a organização familiar e a ocorrência de violência intrafamiliar (MACEDO, 2008).

Quando uma família se forma, independente da sua configuração, as posições de poder já vão estar definidas e serão desenvolvidas durante a convivência cotidiana de seus membros. Este vínculo construído dentro do núcleo familiar servirá como base para as futuras relações intrafamiliares, as quais estarão permeadas por relações de poder (OLIVEIRA; SILVA; GOMES; BUSANELLO; NITSCHKE, 2009).

O poder, quando exercido de forma saudável, pode estimular o crescimento dos demais membros, estimular o grupo a solucionar situações de crise, superar a fragilidade emocional e vulnerabilidade social, agindo como parte integrante e saudável. Caso contrário, se este for utilizado para anular a identidade do outro através da força, com o objetivo de submeter e destruir, acaba suprimindo as possibilidades dos sujeitos, fazendo que estes se tornem submissos e passivos em relação ao indivíduo que exerce tal privilégio de ação (OLIVEIRA; SILVA; GOMES; BUSANELLO; NITSCHKE, 2009).

Para entender o conceito de poder e relações de poder devemos retomar a teoria de Foucault. Para ele, o poder deve ser analisado como algo que circula nas relações e que tem seu funcionamento em cadeia. Assim, todos os indivíduos podem assumir tanto a posição de quem exerce poder sobre o outro quanto de quem sofre com essa ação. O poder pode ser exercido por todos os sujeitos através dos seus corpos, gestos, desejos e discursos.

Por não ser algo palpável, uma instituição ou propriedade a qual se pode obter, o poder passa a ser, na verdade, uma sequência de práticas. Desta maneira, ele é exercido dentro das relações, dando força a uma máquina social e se disseminando na sociedade (DA SILVA JÚNIOR, 2009). Dentro destas relações o poder não é definido sobre algo (DA SILVA JÚNIOR, 2009), mas sim a partir da produção e da troca de signos (FOUCAULT, 2000). Assim,

[e]le não é (o poder), em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso (FOUCAULT, 2000, p. 243).

Por não ser uma propriedade de um indivíduo, mas sim do grupo, este passa a existir à medida que o grupo permanece unido, pois, quando se diz que um sujeito está “no poder”, na verdade, refere-se que aquele sujeito foi empossado a ter poder por outros indivíduos, para que este pudesse agir em seu nome (ARENDRT, 1994). Ainda sobre a visão de Arendt (1994), entende-se que o poder envolvido nas relações humanas gera um fenômeno: a violência, considerando-a como o destino do poder. Dessa forma, o poder se trata de uma força social que estrutura as relações entre os gêneros e que vai modelar as dinâmicas sociais entre homens e mulheres (BANDEIRA, 2017).

De acordo com Odalia (1985), a violência pode ser pensada como uma forma de viver do homem contemporâneo, pois ela está em todo e qualquer lugar, passando por um processo de naturalização e banalização por estar tão entranhada no cotidiano e ocorrendo com tanta frequência. Essa naturalização também chega ao contexto familiar, tendo em vista que a família é uma via de conflito devido às diferenças entre os membros, entre as questões sociais e estruturais (ODALIA, 1985).

Socialmente, construiu-se uma visão de família baseada em um grupo harmonioso, espaço de amor e cuidado, porém, no cotidiano, observa-se que esta imagem nem sempre corresponde à realidade, pois ela se mostra, também, como um espaço de conflitos e tensões, sejam eles conflitos entre as gerações (avós, pais, filhos) ou de gênero (homens, mulheres) que reforçam a dinâmica de poder construída dentro do grupo (SCHRAIBER & COL, 2005).

Essa dinâmica familiar vai ocorrer por meio de disputas entre seus membros, se orientando com base nas diferenças de poder, causando entre os indivíduos sentimentos de amor e ódio, de companheirismo e domínio, de proteção e desamparo, fazendo com que os membros da família entrem em conflitos que, quando não são administrados adequadamente e tolerados, podem acarretar comportamentos violentos (BRASIL, 2002).

A violência decorrente destes conflitos denomina-se Violência Intrafamiliar (VI), estabelecida pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2002) como atos que prejudiquem o bem-estar e a integridade física, psicológica ou a liberdade de um outro membro da família,

podendo ser cometida dentro ou fora de casa por membros que possuem ou não laços de consanguinidade, tendo relação de poder sobre o outro.

A violência intrafamiliar é um problema social que atinge grupos vulneráveis em uma sociedade patriarcal, como as mulheres, as crianças, os adolescentes e os idosos. Dentro desse modelo social é conferido aos homens maiores parcelas de poder, transformando-os nos principais autores da violência no contexto familiar. Vale ressaltar que tal posição conferida ao homem não descarta as violências que ocorrem por parte de outros membros da família, até porque a porcentagem maior de violência física contra crianças e adolescentes partem de mulheres, muitas das vezes da mãe (BRASIL, 2002).

Esta modalidade de violência pode ocorrer em diferentes formatos e severidade, podendo chegar ao extremo com o óbito da vítima. A partir disso, identifica-se que os principais tipos de violências que ocorrem no ambiente familiar são: violência física, quando há uso da força física/armas para causar lesões; violência psicológica, que visa causar danos à autoestima, à identidade, por meio de insultos, chantagens, manipulação afetiva, entre outros; e, por fim, violência sexual, que tem como ação forçar o outro a manter relação sexual por meio do uso da força física, repressão ou intimidação psicológica, usando de algum poder que tem sobre este para fazer o ato, caracterizando-se como estupro. No caso de crianças e adolescentes ainda se inclui a violência psicológica por negligência, que se caracteriza pela omissão a cuidados e a danos evitáveis (BRASIL, 2002).

Diante disso, é importante chamar a atenção para como a sociedade lida com situações de violência intrafamiliar e em como as instituições de saúde atuam frente a essas demandas, ao passo que podem ser, em alguns casos, negligentes em não prestarem o serviço adequado de assistência às vítimas de violência, por haver uma concepção de que a família não violenta (BRASIL, 2002).

Sendo assim, é responsabilidade do profissional de saúde estar atento a possibilidade de um membro da família estar praticando ou sendo vítima de algum tipo de violência, demandando um olhar atencioso, uma vez que, com frequência, eles serão os primeiros a serem informados de tais acontecimentos, mesmo que de forma mascarada por outros sintomas ou problemas isolados (BRASIL, 2002).

O ambiente familiar em que o sujeito está inserido pode impactar diretamente no seu modo de organização e em sua saúde, pois o contexto social constitui, molda e define as emoções, afetando as interações e relações que o sujeito irá construir ao longo de sua história de vida (ZANELLO, 2018). A partir disso, é necessário pensar no indivíduo como um todo,

olhando para todas as esferas da sua vida e relações que o permeiam, baseando-se nos fatores de gênero e relações de poder.

Segundo Zanello (2014), o viés de gênero provoca um grande desconforto para a área de saúde mental sob vários aspectos, pois abala as certezas de uma suposta neutralidade, questionando as relações de poder existentes nesse campo. Para além da violência vivida pelo sujeito, se torna necessário observar os diferentes fatores que estão permeando o contexto intrafamiliar para, então, se pensar em como se dá o processo de adoecimento dessa pessoa.

Apesar da amplitude de um conceito de saúde mental e o debate existente entre diversos autores sobre sua definição, defendemos que a saúde mental perpassa múltiplos fatores e múltiplas interações, sendo necessária a compreensão do indivíduo como um ser biopsicossocial, avaliando fatores biológicos, psicológicos e sociais (ALVES; RODRIGUES, 2010).

3. METODOLOGIA

Para a realização de uma pesquisa diversos caminhos e técnicas podem ser utilizadas. Ao analisar a temática e a problemática deste trabalho, os pesquisadores optaram pelo método de revisão bibliográfica de caráter qualitativo, pois esta categoria atende às necessidades percebidas diante dos objetivos da pesquisa.

A metodologia aqui utilizada foi dividida para compor duas partes importantes do trabalho: o referencial teórico e o resultado e discussão dos dados. Fez-se essa divisão tendo em vista os diferentes recursos de pesquisa utilizados na elaboração do trabalho, buscando deixá-lo mais coeso e garantindo a cientificidade dos resultados adquiridos.

Para o referencial teórico foram usadas fontes variadas com o objetivo de trazer uma maior completude ao tema, utilizando-se, então, de artigos científicos publicados em periódicos, livros de Psicologia e de outras áreas do conhecimento, tais como: História, Sociologia, Enfermagem e Medicina, desta forma, buscando trazer mais interdisciplinaridade à pesquisa.

Na primeira parte da pesquisa foi feita uma investigação acerca da diferença entre violência doméstica e violência intrafamiliar, buscando compreender as distinções entre os termos para verificar qual o mais adequado para o contexto desta pesquisa. A decisão pelo termo “violência intrafamiliar” se deu pelo fato desta não se limitar a um espaço e incluir

membros que desempenham uma função parental ou que possuam laços de consanguinidade. A partir disso, iniciou-se um afinilamento dos temas que permeiam a violência intrafamiliar, agregando as pautas: configurações familiares, transgeracionalidade, gênero, relações de poder e saúde mental.

Os subtemas abordados desenharam-se a partir das pesquisas do tópico principal, pois observou-se que, por mais que não fosse dada a devida relevância, a violência intrafamiliar sempre estava permeada por conflitos que surgiam neste ambiente. Estes conflitos são variáveis, porém, optou-se por focar nos supracitados, tendo em vista que estes foram observados com mais recorrência.

Os artigos e livros utilizados foram pesquisados nas plataformas SciELO e Google Acadêmico, fazendo-se uso de palavras-chaves relacionadas ao tema: histórico familiar; conceito de família; transgeracionalidade e violência familiar; transmissão geracional e relações de poder; gênero e psicologia; gênero e relações de poder; violência familiar e violência doméstica; violência intrafamiliar; violência; definições de saúde mental; e saúde mental e violência. Como recurso extra, também foram utilizadas indicações de livros e artigos fornecidos por professores e pelo orientador da pesquisa.

Portanto, o referencial teórico foi construído a partir da busca por identificar e compreender como os fatores citados anteriormente contribuem para a resolução da pergunta problema: “quais as consequências da violência intrafamiliar na saúde mental dos indivíduos que a presenciam e vivenciam?”. Nesta fase, buscou-se restringir mais o local em que era realizada a pesquisa dos artigos, por isso, optou-se por utilizar apenas a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) e possui o objetivo de expandir e consolidar a pós-graduação no Brasil.

Para definir os descritores mais adequados, foi realizado o seguinte processo: I) criou-se uma lista de possíveis combinações; II) pesquisou-se tais combinações dentro da plataforma CAPES; III) avaliou-se a quantidade de resultados sem filtros; IV) para afinilar a pesquisa, utilizou-se os seguintes filtros: recurso *online*, periódicos revisados por pares, acesso aberto, artigos, anos 2013 a 2023, SciELO Brazil, português; V) avaliou-se a quantidade de resultados encontrados após a aplicação de filtro; VI) realizou-se uma análise de títulos dos artigos encontrados com um critério de interesse, ou seja, aqueles que mais chamavam atenção por poderem se relacionar com o tema pesquisado; VII) aqueles que entravam para a lista de interesse passavam para a leitura de resumo; VIII) após a leitura do resumo criou-se uma outra lista que, posteriormente, seria comparada entre si as combinações

de cada descritor, definindo qual combinação apresentou os artigos que mais conversavam com a pesquisa; IX) a partir desta definição, os artigos selecionado através da leitura dos resumos passariam por uma leitura completa; X) a partir da leitura final, decidiu-se entre os artigos que mais conversavam entre si e com o tema.

Todo esse processo foi realizado de forma manual e os pesquisadores estavam de acordo com cada fase da avaliação destes artigos. Ao fim desta trajetória, os descritores definidos foram: papéis de gênero e família; violência familiar e psicologia; geração e psicologia; e relações de família e saúde mental. Ressalta-se aqui que o recorte temporal escolhido não se deu por acaso, foram realizadas duas tentativas anteriores: trabalhos publicados entre 2021 e 2023 e, também, de 2018 a 2023. Não se considerou os resultados de desse recorte devido à limitação da pesquisa aqui desenvolvida, já que apareceram poucos artigos e a maioria deles eram em inglês, o que não se encaixava nos critérios estabelecidos pelos integrantes do trabalho. Percebeu-se, então, que o mais adequado seria a utilização do recorte de 10 anos, pois apresenta mais opções e dados da análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do método proposto, encontrou-se os seguintes resultados: no total foram 2.656 trabalhos e após a aplicação de todos os filtros o número caiu para 86 artigos. Especificando-se o resultado para cada descritor:

Tabela 1 - Detalhamento dos resultados

DESCRITOR	TOTAL DE RESULTADOS	APLICAÇÃO DOS FILTROS	INTERESSE	SELECIONADOS
Papéis de gênero e família	669	74	06	03
Violência familiar e psicologia	719	41	08	02
Geração e psicologia	550	43	06	02
Relação de família e saúde mental	718	86	02	01

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Abaixo encontra-se uma tabela descritiva dos artigos que foram selecionados:

Tabela 2 – Artigos selecionados.

CÓDIGO DO ARTIGO	TÍTULO	AUTORES	ANO	OBJETIVOS
A1	A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal.	SANT'ANA; PENSO.	2018	Investigar a transmissão geracional da violência e papéis estereotipados de gênero a partir da Teoria Familiar Sistêmica e da Teoria de Gênero, com um casal vítima de violência conjugal.
A2	Princípios organizadores, habitus e práticas familiares.	POELSCH; RIBEIRO; OLIVEIRA.	2018	Abordar conjuntos de estudos sobre as práticas familiares que mostram o efeito das posições sociais sobre as representações sociais e práticas sociais.
A3	Repercussões da Conjugalidade em Sintomas Internalizantes e Externalizantes em Filhos Adolescentes.	VIAN; MOSMANN; FALCKE.	2019	Investigar a percepção de adolescentes sobre o relacionamento conjugal de seus cuidadores e quais dimensões da conjugalidade (afetividade, conflito, violência e aliança parental) repercutem em sintomas internalizantes e externalizantes dos mesmos.
A4	A Violência Mora ao Lado? Violência Familiar e Comunitária entre Adolescentes.	MOREIRA; PALUDO.	2022	Descrever a ocorrência de situações de violência de natureza física, psicológica e sexual, na família e na comunidade, em adolescentes de escolas públicas de diferentes municípios brasileiros.
A5	Gênero e transgeracionalidade: uma (des)construção.	PACHECO; ARALDI.	2020	Compreender os aspectos relacionados às perspectivas de gênero, bem como a importância do fenômeno da transgeracionalidade na transmissão e manutenção dessas perspectivas pelos jovens.
A6	Filhos com Sintomas Psicológicos Clínicos: Papel Discriminante da Conjugalidade.	MOSMANN; COSTA; SILVA; LUZ.	2018	Investigar em crianças e adolescentes com e sem sintomas psicológicos clínicos, qual o papel discriminante das variáveis da relação conjugal, coparental e parental de seus pais
A7	Elementos constitutivos da masculinidade ensinado/aprendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra mulher/parceira.	DA SILVA; ESTRELA; DE MAGALHÃES; GOMES; PEREIRA; CARNEIRO; DA CRUZ; DA COSTA	2022	Adota-se como objetivo do estudo compreender os elementos constitutivos da Masculinidade ensinados/apreendidos na infância/adolescência e reproduzidos por homens em processo criminal por violência conjugal.
A8	Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo.	MACHADO; CASTANHEIR A; DE ALMEIDA.	2021	Tem como objetivo identificar como se deu a influência da socialização do gênero na história de vida de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, à luz da análise do patriarcado.

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Considerando os achados explicitados nos quadros 1 e 2, elegemos três categorias de análises, que são: papéis de gênero e relações de poder, transmissão geracional, modelos

conjugais e as consequências no desenvolvimento do adolescente. Abaixo, apresentamos a discussão relacionada às referidas categorias.

- **Papéis de gênero e relações de poder:**

A análise dos artigos apresentados no quadro de resultados se iniciou com a busca pelos termos “gênero” e “relações de poder”. A partir disso, percebeu-se que em todos os artigos o termo “gênero” é citado, porém, “relações de poder” aparecem apenas nos artigos A7 e A8. No entanto, a partir da leitura, percebe-se que mesmo não trazendo o termo específico, ao se falar de relações e papéis de gênero não se dissocia a existência do poder de um indivíduo sobre o outro.

Os artigos corroboram entre si a existência de diferentes papéis de gênero na sociedade que refletem, também, dentro da organização familiar. A mulher comumente está associada aos comportamentos e papéis relacionados à dedicação com a família, aos cuidados com a casa e com os filhos, além de ser responsável pelo bem-estar geral de todos do grupo (A2). Isso fica ainda mais evidente quando o A5 traz que, a partir da percepção de jovens adolescentes, em 30% dos casos a mulher fica com as responsabilidades de cuidado com a casa e com os filhos, enquanto os homens, inseridos no grupo familiar, se concentram em atividades laborais.

Esta responsabilidade de cuidado é transmitida de geração a geração e chega às mulheres desde sua infância. Acaba sendo delegado a elas a função de cuidar dos irmãos e dos afazeres domésticos da casa enquanto os pais trabalham. O “ser mulher” as colocam nessa posição de responsabilidade e lhes rouba a infância e a adolescência, pois não há muito espaço para dedicar-se a si quando se tem que dedicar-se aos cuidados com outros, o que, a longo prazo, pode trazer consequências à saúde destas futuras mulheres (A8).

Porém, os papéis de gênero não são exclusivos às mulheres, pois os homens também estão sujeitos a comportamentos impostos. O A7, a partir de sua pesquisa, nos exemplifica alguns destes comportamentos, tais como: infidelidade, supervalorização do trabalho, provimento da família, imposição de normas familiares e dominação sobre a mulher. A pesquisa citada foi realizada com homens que estão sendo processados criminalmente, mas, a partir dos resultados apresentados, podemos ver um reflexo destes comportamentos de forma geral. Isto se dá porque, socialmente, é designado ao homem comportamentos associados à

manutenção financeira da família, tomada de decisões importantes em relação à família, ser a figura de autoridade dentro de casa (A1, A2, A5, A7 e A8).

Percebe-se, então, que os papéis femininos e masculinos já estão definidos socialmente, pois são um produto sociocultural que participam da constituição das famílias e, em muitos destes grupos, não há espaço para a discussão de tais atribuições e nem a possibilidade de reformulação (A1 e A5). Podemos ver esta realidade refletida no discurso da participante do estudo realizado no A1, pois ela traz que *“A mulher nunca tem vez. Nem de falar. Só lavar, passar e cozinhar. Pra eles, assim, mulher era isso”*.

A partir disso, percebe-se que o homem se sobrepõe à mulher, criando uma relação de poder que segue a norma patriarcal da sociedade. Dentro do contexto familiar começam, então, a se constituir estas relações, que partem de duas vertentes: o poder dos pais sobre os filhos e o poder do pai sobre os demais.

Conforme apontam os resultados do A1, os pais fazem o uso abusivo desse poder contra os filhos, tratando-os como um artigo de propriedade que deve ser submetido aos seus desejos e regras. Desta forma, quando os filhos apresentam comportamentos considerados como não desejáveis, os pais utilizam a violência sob a justificativa de estar disciplinando e educando. Tal ação gera consequências na saúde física e psicológica destes filhos, assunto que será discutido mais adiante.

O A8 traz uma perspectiva parecida, porém o foco é o poder do pai sobre as filhas. Neste, as participantes do estudo (A8) trazem o pai como uma figura geradora de medo e limitadora. As participantes relatam que durante a infância e a adolescência o pai era quem dava as ordens e decidia o que cada um podia fazer ou não, sendo superprotetor, zeloso, porém intimidador, manipulador e violento.

Esta figura paterna apresentada no A8 fez com que as mulheres participantes dos estudos buscassem meios para se desvincular da família, para que pudessem exercer a sua liberdade de alguma forma, pois durante a vida no contexto familiar elas, conseqüentemente, eram reprimidas a seus papéis de gênero e lhes eram retiradas as opções de escolha sobre si e sobre o seu futuro.

A imposição de poder destes pais fez com que as próprias filhas tomassem decisões precipitadas das quais se arrependeram e também fez com que elas entrassem precocemente em relacionamentos. Dentro destes relacionamentos elas não encontraram a sonhada liberdade, mas, sim, uma nova versão de seu próprio convívio familiar, pois os parceiros escolhidos reproduzem comportamentos semelhantes aos de seus próprios pais (A8).

No A8 as mães não são esquecidas, elas surgem durante a pesquisa como reprodutoras do poder masculino, pois elas também viveram sobre ele e faz sentido que as filhas sigam o mesmo caminho, pois o poder do homem é visto como algo natural em suas vidas. Este comportamento é uma consequência das suas próprias vivências, porém, servem como uma via de legitimação para o homem, naturalizando-o e tornando-o inquestionável. Portanto, seja sobre os filhos ou sobre a própria esposa, o homem se sobrepõe e, em alguns casos, assim como foi educado sobre uma ótica de violência intrafamiliar, a reproduz da mesma forma em sua própria família, saindo da posição de submisso ao pai e se tornando o opressor e gerador de violência (A7 e A8).

- **Transmissão geracional:**

No que concerne ao tópico de transmissão geracional, os artigos (A1, A2, A3, A4, A5, A7 e A8) se correlacionam quando denotam o fator da transgeracionalidade como importante perpetuador de preceitos e valores arraigados na sociedade patriarcal, desigualdades historicamente construídas e transmitidas pelas famílias como herança através das gerações. Vale pontuar que, embora somente uma parcela dos artigos tenham empregado o termo específico (A1, A5, A7 e A8), fez-se notório, através das leituras, o consenso quanto à existência do aspecto transgeracional.

A transgeracionalidade tem sido uma perspectiva bastante utilizada como viés para o alcance da compreensão da dinâmica da violência intrafamiliar e seus diversos impactos. O A1 faz alusão a isso no decorrer de sua pesquisa, indicando que o fator geracional é notável no que se diz respeito à continuidade da violência nas relações familiares, bem como a transmissão do comportamento violento. Como exemplo, é destacado nas pesquisas que crianças expostas a situações de violência ao longo do seu desenvolvimento estão sujeitas a naturalizar, quando adultos, situações e padrões disfuncionais de relações por meio da repetição de comportamentos normativos (A1, A3, A4, A5, A7, A8).

No A7, o estudo transcorre a respeito dos ensinamentos e valores transmitidos ao gênero masculino, relacionando as vivências experienciadas cotidianamente na infância à criação da autoimagem de meninos através da identificação com a figura de homens adultos, predominantemente a figura paterna e, conseqüentemente, influenciando na construção da personalidade e valores individuais do sujeito, fundamentados nos comportamentos tidos como próprios do seu gênero. Dessa forma, há nas dinâmicas familiares a manutenção e

reprodução das normas sociais que indicam os comportamentos pré-estabelecidos e expectáveis aos gêneros masculino e feminino, previstos na sociedade patriarcal, em que se reserva à mulher o espaço de inferioridade e submissão e ao homem o poder de dominação (A2, A5, A8).

Os homens, ao internalizarem e reproduzirem a agressividade e a violência como algo próprio do sexo masculino, tendem a normalizar e manter os estereótipos e as relações desiguais de poder atribuídas aos papéis de gênero, por meio da adoção de comportamentos sexistas, operando a violência, inclusive, como um meio comum e natural na resolução de conflitos (A7). Esta percepção torna-se ainda mais evidente quando o A1 presume que, juntamente com o que se entende por família, existe uma interiorização de condutas, as quais são herdadas e transmitidas à descendência familiar e, com isso, influenciando negativamente no desenvolvimento da criança quanto à naturalização da violência como artifício utilizável (A1, A2, A3, A4).

Consequentemente, a observação e apropriação de condutas e modelos conjugais durante a infância vincula-se à transgeracionalidade dos comportamentos violentos, sendo que um dos atributos destinados ao masculino diz respeito ao autoritarismo, como demonstrado na fala de um dos participantes da pesquisa do A7: *“durante a minha infância e adolescência, vi meu pai determinar o que precisava ser cumprido. Era o “patriarca”, o chefe da família, e aí de quem desobedecesse a suas ordens. Tudo isso fez com que eu percebesse que, enquanto homem da casa, tenho que determinar as regras e elas devem ser cumpridas. Hoje faço a mesma coisa (H04)”* (A1, A7)

Paralelo a isso, quanto aos ensinamentos transmitidos às mulheres desde à infância, destinam-se às atividades domésticas e o cuidado para com os familiares, socializando-as ao que fora historicamente construído como inerente ao ser mulher pela sociedade patriarcal. O A8 demonstra as cobranças destinadas às meninas quanto ao exercício de seus papéis, proferidas por suas mães: *“A minha infância eu tive que amadurecer muito rápido, com seis anos minha mãe me ensinou a fazer arroz, fazer comida, desligar o fogão. Meus irmãos tinham três e quatro anos e eu tinha seis, eu subia na cadeira pra fazer as coisas, pra mexer no fogão (Pagu)”*.

Em vista disso, a percepção das atividades domésticas como responsabilidade feminina é internalizada e permeada pelas mulheres, bem como diversas outras concepções acerca dos papéis familiares, corroborando com o A2 ao considerar a internalização das normas e estruturas sociais, sustentando e produzindo noções e práticas que legitimam as

desigualdades entre os gêneros. Vale realçar que os comportamentos dos pais são influenciados transgeracionalmente no decorrer de suas trajetórias de vida, socializando-os para a dominação ou para a submissão (A1, A2, A5, A8).

Sendo assim, é essencial que ocorra questionamentos e criticidade acerca das convicções e dos ensinamentos que perpassam gerações, para que se pense, então, em uma desconstrução transgeracional de padrões normativos, promovendo a ressignificação de comportamentos e novas construções de saberes (A5, A8). Para tal, é elucidado em 100% dos relatos dos entrevistados do A5, o desejo de rompimento com visões e falas preconceituosas, demonstrando a busca pela ressignificação de padrões e conceitos provenientes da transmissão geracional.

- **Modelos conjugais e as consequências no desenvolvimento da criança e do adolescente:**

A família é uma instituição de extrema importância para a formação e construção do indivíduo, dessa forma, a maneira como os conjugues irão se portar diante das situações adversas desse ambiente irá influenciar diretamente no desenvolvimento de crianças e adolescentes que presenciam e vivenciam essas relações (BRASIL, 2002). Percebe-se que a saúde mental e os comportamentos dos filhos são reflexos positivos e negativos não somente das relações pais-filhos, mas também das características do funcionamento familiar, das relações entre os conjugues que servem de modelos para estes, configurando-se em um fator de proteção e risco à criança e ao adolescente (A6).

Em um estudo realizado e explicitado no artigo A4, com uma amostra de 2.860 adolescentes de 11 a 19, estudantes de escolas da rede pública de municípios de diferentes regiões do país, demonstram que um terço dos sujeitos pesquisados já sofreram violência física dentro do contexto familiar, apresentando que esse tipo de violência é mais comum nesse contexto do que na comunidade. Além disso, o estudo demonstra que há uma taxa maior de violência sexual dentro do ambiente familiar, 5,3%, comparado à violência dessa natureza na comunidade, 4,4%. Outro dado importante é sobre a influência do uso do álcool e drogas ilícitas para a contribuição de taxas maiores de violência sexual sofrida por estes adolescentes, sendo 5,4% dos que já usaram álcool na vida e 2,3% dos que não utilizaram.

Os artigos A3 e A4 corroboram a ideia de que a família tem um papel primordial para a constituição psíquica do indivíduo, principalmente de crianças e adolescentes que estão

em formação. Visto isso, é importante salientar que ambientes familiares que possuem a violência como forma de resolver conflitos tendem a adoecer os indivíduos existentes no contexto, causando prejuízo à saúde mental e bem-estar do sujeito, dificultando a formação de estratégias diferentes de resoluções de problemas, refletindo no desenvolvimento psicossocial, nas interações, na autonomia; podendo acarretar transtornos de ansiedade, depressão, problemas de comportamentos, agressividade e abuso de substâncias, que é um fator de risco à vulnerabilidade maior desses grupos, como visto em pesquisa no artigo A4.

Os modelos conjugais vivenciados pelos pais dessas crianças também dirão sobre como estes estarão preparados para a maternidade e paternidade. Os artigos A1 e A6 pontuam que esses genitores, vítimas de violência na infância, seja da natureza que for, acabam por apresentar, como citado em A4 e A3, comportamentos agressivos com a desculpa de educar, o que evidencia uma baixa tolerância para lidar com a criação e com os desafios que a criança traz. A falta de paciência e a baixa responsividade acabam levando a estratégias de controle coercitivo, que causam em seus filhos problemas de externalização e internalização, como já citado em A4 e A3.

O artigo A1 traz a perspectiva de um casal com história de violência conjugal que passou por acompanhamento psicossocial em razão da aplicação da Lei Maria da Penha. O casal representa um modelo conjugal que, nitidamente, reflete as consequências da forma como vivenciaram e presenciaram a violência conjugal no contexto familiar de origem de cada um dos conjugues. Ambos os participantes relatam ter vivenciado agressões por parte dos pais para com as mães e com eles, o que futuramente trouxe como consequência dificuldades nos diálogos entre o casal, perpetuando a ideia de que a agressão poderia ser a saída para conseguir respeito, o que confirma as informações trazidas nos artigos A3 e A4, sobre como esse casal utiliza a violência como resolução dos conflitos, comportamentos herdados do núcleo familiar que viviam.

Assim como o A1, o A8 traz a perspectiva de mulheres que sofreram violência conjugal de seus parceiros. Nesse estudo, a figura do pai é tratada como uma pessoa rígida e controladora que, através da violência psicológica e física, busca manter essas filhas sobre "rédeas curtas".

Por não possuírem alternativas de enfretamento, elas enxergam o casamento como a única saída desse pai controlador, o que acaba gerando tomadas de decisões precipitadas em momentos de desespero. A falta de autonomia e a opressão desse pai contribuiu para tomadas de decisões precipitadas, além de dificultar a saída de situações de violência ocorridas durante

o casamento com esses parceiros de "fuga". Nota-se a importância que um ambiente familiar de cuidado e que favoreça o diálogo pode fazer futuramente na vida dessas jovens em situação de violência familiar. Ao se ofertar boas condições, o indivíduo se desenvolve com maiores condições para alterar suas trajetórias de vida (A8).

Para além dos impactos negativos na vida dessas pessoas em situação de violência, o A5 irá trabalhar com jovens ligados a movimentos sociais e em instituições que atuam contra a violência doméstica. Dos jovens entrevistados, 20% relataram os acontecimentos como eventos bastante traumáticos em suas vidas, evidenciando a ideia de que mesmo vivenciando essa violência de forma indireta, ela trará um impacto na vida de jovens, principalmente crianças e adolescentes que estão na faixa de desenvolvimento.

Nos relatos apresentados, nota-se uma maior tomada de consciência e envolvimento com questões relacionadas a gênero e violência, buscando ressignificar suas vivências, a fim de buscar uma mudança nos paradigmas vigentes, objetivando uma sociedade mais equitativa (A5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o decorrer da pesquisa percebeu-se que os tópicos de relação de poder e transgeracionalidade, gradativamente, ganharam destaque e força, pois é através destes que se observa a constituição e permanência do atual sistema patriarcal. Ou seja, não apenas os homens validam e transmitem tais comportamentos e papéis atribuídos aos gêneros, mas também as mulheres, pois dentro do contexto familiar a mãe os reforça, solicitando e ensinando que a filha deve replicar seus passos e características, assim, assumindo as responsabilidades que lhe são definidas por ser mulher.

É no ambiente familiar que a transmissão dos papéis de gênero faz com que homens e mulheres, desde muito novos, aprendam uma visão de mundo em que há uma superioridade masculina. Esta vai ser refletida em diversas áreas da vida dos indivíduos, o que possibilita que estes construam entre si relações assimétricas que se refletem no contexto familiar. Neste contexto, quando a assimetria se torna muito grande, geram-se conflitos e violências que irão refletir não apenas na saúde mental dos adultos, mas também na saúde dos filhos e demais pessoas que ali convivem.

Assim sendo, percebe-se que o objetivo geral deste trabalho foi atingido, visto que se identificou que os papéis de gênero e a transgeracionalidade são conceitos-chave para a

manutenção das relações de poder. O sujeito na posição de poder se torna o dominante naquela família, fazendo com que os demais sigam suas regras e quando estas não são seguidas há uma punição.

Os objetivos específicos também foram alcançados a partir da compreensão de que as famílias permanecem seguindo o modelo patriarcal, visto que os membros deste grupo trabalham de forma a preservar tal estrutura, tornando tudo um ciclo: a transmissão dos papéis de gênero reforça as relações de poder, este poder é naturalmente concebido ao homem, portanto, reforçando o sistema patriarcal que, por consequência, vai continuar reforçando os papéis de gênero e, assim, sucessivamente.

Portanto, a pesquisa cumpriu seu papel em responder à pergunta problema apresentada na introdução, pois identificou que os seguintes elementos favorecem a manutenção dos conflitos e a ocorrência da violência intrafamiliar: a transmissão geracional dos papéis de gênero e as relações de poder. Por consequência, confirmou-se as hipóteses levantadas de que uma sociedade baseada em relações de poder contribui para a manutenção da violência intrafamiliar, assim como esta afeta os indivíduos envolvidos, conforme foi apresentado na análise.

O bom desenvolvimento da pesquisa não impediu que durante o processo fossem encontradas algumas dificuldades, pois existem poucos trabalhos em que é empregado o termo “violência intrafamiliar”, visto que a maioria das publicações se utiliza “violência doméstica” e acabam por focar nas consequências voltadas para a mulher e sua saúde, não englobando os demais membros da família.

Das poucas publicações que de fato abordam a violência intrafamiliar, menor ainda é o número destas publicadas dentro da área da Psicologia, pois a maioria é realizada por autores da Enfermagem e Medicina. Estas se propõem a pesquisar tópicos como: linha de cuidado, denúncia da violência e o papel do profissional da saúde neste processo de identificação e cuidado. Por isso, sugere-se que mais pesquisadores da Psicologia se atentem à esta temática que é tão importante e atualmente está tão carente de conteúdo e aporte teórico, uma vez que se torna necessário abranger mais o tema para que seja possível investigar mais a fundo os danos causados ao desenvolvimento psicossocial do indivíduo e para sua saúde mental, se a violência intrafamiliar se correlaciona ao desenvolvimento de futuras patologias e transtornos, formas de cuidados para aqueles que sofreram a violência direta ou indiretamente e, também políticas públicas que possam auxiliar no combate, conscientização e cuidado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Alexandra Marinho; Rodrigues, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v.28, n.2, p. 127-131, 2010.
- ANDRADE, Priscilla Maia de. **O que se faz quando há violência? a política de assistência social no combate à violência intrafamiliar**. XVII, 337 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. **Mulheres e violências. Interseccionalidades**, p. 14-35, 2017.
- BITTAR, Daniela Borges; NAKANO, Ana Márcia Spanó. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 20, p. 17-24, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretarias de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 10 maio, 2023.
- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Cadernos de leituras**, 1988.
- CARDOSO, Graziela Moraes; BRAMBILLA, Pedro. A evolução histórica da instituição familiar e o conceito de família. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 11, n. 11, 2015.
- CARDOSO, Hugo Ferrari; BAPTISTA, Makilim Nunes. Família e intergeracionalidade. In: TEODORO, Maycoln L. M.; BAPTISTA, Makilim Nunes (org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2020, p. 6.
- DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.
- DA SILVA JÚNIOR, Roberto Donato. Etnoconservação e o conceito de relações de poder: apontamentos teórico-metodológicos. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 12, 2009.
- DE ALMEIDA FERRARI, Dalka Chaves; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. Editora Agora, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. A Parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). **Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História**. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p.117-133.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Cidade. Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1981.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al. A violência intrafamiliar contra a criança e o mito do amor materno: contribuições da enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 3, p. 563-572, 2013.

HAYECK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

LIMA, Betina Stefanello. **Violência de Gênero nas Ciências. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, Santa Catarina, 2008.

LINS, Márcia Borba; SARTORI, Myriam Caldeira. A lei Maria da Penha e as escolas no Distrito Federal. **Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher/ Ben-Hur Viza, Myrian Caldeira Sartori, Valeska Zanello, org.; Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.]**. – Brasília: TJDFT, 2017.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. 2008.

MACHADO, Dinair Ferreira; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5003-5012, 2021.

Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher/ Ben-Hur Viza, Myrian Caldeira Sartori, Valeska Zanello, org.; Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.]. – Brasília: TJDFT, 2017.

MARTINS, Jussânia Moraes. **Divórcio e intergeracionalidade, há repetição?**. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, Edinilsa R. de. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 65-78, 1993.

MOREIRA, Laísa Rodrigues; PALUDO, Simone dos Santos. A Violência Mora ao Lado? Violência Familiar e Comunitária entre Adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 38, 2022.

MOSMANN, Clarisse et al. Filhos com sintomas psicológicos clínicos: papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 429-442, 2018.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **O que é saúde mental segundo a OMS**. 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/11/o-que-e-saude-mental-segundo-a-oms>. Acesso em: 10 maio, 2023.

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, A. M. N. D; SILVA, M. R. S. D; GOMES, G. C; BUSANELLO, J; NITSCHKE, R. G. **Repensando as relações intrafamiliares sob um olhar foucaultiano**, 2009.

OLIVEIRA, Anay Stela; KNÖNER, Salete Farinon. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia**. Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

PACHECO, Juliana Corrêa; ARALDI, Marina Ortolan. Gênero e transgeracionalidade: uma (des) construção. **Psicologia USP**, v. 31, 2020.

PINNELLI, Antonella. **Gênero e família nos países desenvolvidos**. Demographicas, Campinas- SP: ABEP, n. 2, p.55- 98. 2004.

POESCHL, Gabrielle Anny; RIBEIRO, Raquel; OLIVEIRA, Natércia. Princípios organizadores, habitus e práticas familiares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 70-99, 2018.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus-ISSN**, v. 2236, p. 4358, 2011.

SANT'ANNA, Tatiana Camargo; PENSO, Maria Aparecida. A transmissão geracional da violência na relação conjugal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 33, 2018.

SCHRAIBER, Lilia Blima. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. Unesp, 2005.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCHRAIBER, L. et al. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Unesp, 2005. (Coleção Saúde e Cidadania).

SILVA, Marina da Cruz. **AS RELAÇÕES GERACIONAIS NO CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL: Revisitando o debate.** 2014.

SILVA, Andrey Ferreira da et al. Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2123-2131, 2022.

VIAN, Mônica; MOSMANN, Clarisse Pereira; FALCKE, Denise. Repercussões da conjugalidade em sintomas internalizantes e externalizantes em filhos adolescentes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência. **CEP**, v. 2722, n. 000, 2012.

ZANELLO, Valeska; GOMES, T. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, p. 265-80, 2010.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 238-246, 2015.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa. **Saúde mental, gênero e violência estrutural.** 2012.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Ed: 1. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, mulheres e conjugalidade. In: STEVENS, Cristina; DE OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska (org.). **Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2014, p. 108-116.

Apêndice A**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

Eu, Fernanda Beatriz Rodrigues Gonçalves RA 38300

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Transmissão geracional das relações de poder e violência intrafamiliar: impactos à saúde mental

de autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Wanderson Barreto

Curso: Psicologia Modalidade afim TCC

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Fernanda Beatriz Rodrigues Gonçalves

Assinatura do representante do grupo

Wanderson Barreto

Assinatura do Orientador (a):

Goiânia, 17 de julho de 2023.